

## APRESENTAÇÃO

Este não é, no sentido habitual do termo, um número especial. Não é consagrado a um tema, não resulta de uma reunião académica, nem tem âmbito disciplinar ou cronológico limitado. Mas é um número muito especial: ao chegarmos ao n.º 150, decidimos, a exemplo do feito no n.º 100, incluir os índices de todos os artigos publicados até hoje.

Além de tornarem mais fácil a consulta das centenas de artigos publicados durante quase quarenta anos, os índices permitirão ter uma ideia não só do percurso da revista, como das próprias ciências sociais em Portugal. A *Análise Social* não as esgota, evidentemente. Mas não deixa de constituir, desde o início dos anos 60, uma das suas principais expressões. A maior parte dos académicos (sociólogos, historiadores, antropólogos, politólogos, economistas, psicólogos sociais, geógrafos, demógrafos e outros) das gerações de 60 a 80, assim como um grande número dos jovens cientistas de tempos mais recentes, colaboraram na revista. Os seus trabalhos, as suas preocupações, as suas prioridades e os seus contributos intelectuais como que traduzem o itinerário destas ciências em Portugal. Uma vez mais, nem tudo quanto se fez, neste período e nestas disciplinas, se fez na *Análise Social*. Mas muito do que se fez passou por aqui. E a revista talvez não tenha sido estranha a muito quanto se fez de interessante.

Quase todos os grandes problemas da sociedade portuguesa foram, de uma ou de outra forma, abordados nestas páginas. Seja de um modo empírico, seja numa perspectiva mais teórica. A questão do desenvolvimento económico e social, que marcou os anos 60-70, esteve no centro da primeira fase de vida da revista. Depois, a fundação do regime democrático, a evolução do sistema político e a chamada «transição», assim como as desigualdades e as políticas sociais, os problemas e conflitos laborais, a questão

regional, a função das universidades, a população, as migrações e a integração europeia foram pormenorizadamente estudados e discutidos na *Análise Social*. E foi nas fases mais recentes da sua vida editorial que conheceu novo e fértil desenvolvimento: a crescente contribuição dos historiadores. Com efeito, há cerca de vinte anos que os séculos XIX e XX têm vindo a marcar presença muito significativa.

A *Análise Social*, todavia, falhou alguns temas. Por impossibilidade óbvia, a vida política durante o anterior regime, a realidade social do ultramar, a guerra colonial e a descolonização estiveram ausentes. Quando eram actuais, a censura também o era. Quando houve liberdade de expressão e de estudo, já era tarde. A não ser para uma observação histórica, o que não deixa, ainda hoje, de ser feito. No entanto, a leitura de muitos artigos dos anos 60 e princípio dos 70 não revela uma revista passiva e obediente. Muito menos conformada. Antes pelo contrário: utilizando todos os meios imagináveis, a direcção e os autores souberam, incisivamente, discutir o que não se devia e estudar o que não se podia. Nesta revista, a liberdade de investigação e de expressão, assim como o pluralismo, nasceram antes de existirem na sociedade.

Hoje, passados 36 anos depois do primeiro número, a *Análise Social* tenta manter os mesmos critérios editoriais. A relevância dos temas abordados. A actualidade intelectual. O rigor da investigação. A clareza da expressão. O pluralismo das origens. E a diversidade das disciplinas. Quer isto dizer que é confirmada e renovada a vontade de manter elevados padrões académicos.

Mas anunciam-se algumas mudanças, moderadas, e delas daremos conhecimento aos leitores. Não se tratará de nada que altere essencialmente a natureza, o espírito e a função da revista. Tentar-se-á, por exemplo, efectuar uma abertura a ensaios («Notas e estudos»), seguramente de carácter académico, mas também de exploração intelectual, não necessariamente de estrita ou estreita base positiva. A academia não se limita à evidência empírica. Pensar uma sociedade não é apenas sinónimo de erudição ou de persistente observação. Desde que respeite as tradições de expressão académica e não seja mera energia programática, nem tenha a ambição de se transformar em aconselhamento de políticas, uma opinião cabe nos limites da ciência. E tem lugar, por conseguinte, dentro das fronteiras desta revista. Esta orientação comporta evidentes riscos. Mas evitá-los não é uma solução. A experiência científica e o património da *Análise Social* serão instrumentos e critérios que nos permitirão alguma audácia. Não honraríamos o nosso legado se deixássemos transformar a revista num arquivo morto. Científico, seguro, mas morto.

Procurar-se-á, por outro lado, assegurar o equilíbrio entre as contribuições das diversas ciências: sociologia, história, antropologia, geografia, psicologia social, ciência política, demografia e outras. Não tem sido fácil

atingir este objectivo. O problema não reside apenas na direcção e na redacção da revista: ele está, isso sim, na evolução das ciências na sociedade. A revista, em certo sentido, apenas reflecte o que se passa na academia. Ora, segundo os momentos e as épocas, certas disciplinas dão sinais de superior vitalidade. Além disso, a existência de numerosas revistas congéneres, generalistas ou especializadas, alterou também o panorama editorial e a *Análise Social* deixou de ser a única a decidir e seleccionar os seus colaboradores. É, por exemplo, frequente ver colaboradores desta revista preferirem, uma vez por outra, publicar os seus trabalhos em revistas especializadas.

Pretende ainda a revista aceitar a realidade de novas aspirações e novas necessidades da comunidade académica. Ao mesmo tempo, afirma pretender evitar as modas e a correria atrás de novas inspirações intelectuais. O equilíbrio não é fácil, mas é esse o compromisso. Por um lado, mantermo-nos fiéis a sólidas e estabelecidas tradições científicas. Por outro, estarmos atentos ao que novas tendências e métodos inovadores trazem de melhoramento para as ciências sociais e o pensamento. Sem, no entanto, considerarmos que tudo quanto é novo merece atenção. Durante as últimas décadas, várias foram as vezes que foi anunciada a «morte» de uma ciência, da sociologia à história; diversas foram as «rupturas epistemológicas»; múltiplos foram os novos «paradigmas» que nunca prometeram nada menos do que uma visão completamente diferente do mundo e das ciências. E permanente foi a sugestão, ou a certeza, de que uma ciência se encontrava em «crise».

A *Análise Social* não tem a pretensão de se considerar alheia a essa evolução, mas não quer ficar sua prisioneira. Mais do que vestir-se da última moda, quer consagrar nas suas páginas a ideia de que a actividade académica cria, lenta e cautelosamente, um património intelectual que resiste ao brilho superficial da moda e às construções teóricas efémeras. Se a *Análise Social* sobreviveu, com vitalidade, a décadas de convulsões, crises, rupturas e inquietações, foi porque soube resistir às modas fáceis.

Os 150 números já publicados, de que os índices actualizados são o retrato fiel, estão aí e demonstram que, apesar de erros, desvios e tentações, esta revista revela, creio, um meritório sentido da tradição. Talvez seja esta a melhor homenagem a prestar aos seus fundadores, especialmente a Adérito Sedas Nunes.

Desde o início que esta revista tentou assegurar a coexistência do estudo empírico e da reflexão teórica. Ainda é esse o seu propósito. Mesmo se já se viveram tempos em que, ora um, ora outra, foram divinizados ou desprezados. E não desistiremos da procura desse equilíbrio. Evitando a vacuidade das construções teóricas que se refugiam atrás de uma erudição artificiosa. E ignorando o empirismo rasteiro que, a favor de uma espécie de positivismo redentor, nem sequer é capaz de perceber o sentido dos factos.

De igual modo, tentaremos cuidar da linguagem utilizada nos artigos da revista. As ciências sociais, como todas as outras, têm os seus códigos. O da linguagem é talvez o principal. Não é possível analisar, pensar e expor sem recorrer a expressões consagradas, a conceitos estabelecidos e a «termos de referência» conhecidos. O diálogo entre os cientistas exige essa comunidade. Todavia, há diferenças entre a utilização de conceitos e termos claros e o recurso excessivo a fórmulas herméticas e exotéricas que, muitas vezes, servem mais para esconder uma insuficiente observação ou uma deficiente interpretação do que para exprimir um pensamento claro. Dado que a *Análise Social* não procura apenas comunicar com um fechado grupo disciplinar, nem se limita à expressão de uma «tribo» de uma só ciência, tudo faremos, sem limitar a liberdade de expressão dos autores, para que a clareza da exposição e do raciocínio seja uma virtude académica.

Também desde o princípio da sua existência, a *Análise Social* preocupou-se com a sociedade portuguesa, os seus problemas e o seu desenvolvimento. Ao fazê-lo em décadas em que até a sua simples afirmação exigia coragem intelectual, a revista marcou um compromisso que hoje se renova. Todavia, algumas mudanças, relativamente a essa intenção fundadora, revelam-se necessárias. Uma já efectiva, caso da abertura a outras ciências não contempladas inicialmente, como a antropologia, a ciência política e, sobretudo, a história (política, social e económica). Outras em curso, como a atenção prestada aos problemas europeus ou às sociedades de países de língua oficial portuguesa. Nisso, a revista mais não faz do que acompanhar a evolução da sociedade. A mudança é, neste campo, uma forma de fidelidade.

Reflexo parcial do país, a *Análise Social* não tem pretensões universais: muitas realidades sociais e muitos temas históricos ficam fora do seu âmbito. Por isso se mantém uma primordial atenção aos problemas nacionais. Mas esta simples definição é hoje diferente do que era há uma ou duas décadas. A União Europeia faz parte da realidade nacional. E os países de língua oficial portuguesa interessam-nos particularmente. Por outro lado, não se espera que esta «atenção nacional» seja motivo para um quadro de pensamento paroquial. Mesmo para os assuntos portugueses, o que se pretende é que os métodos e os critérios sejam os da ciência universal, não os de uma sua versão nacional. A revista não fugirá a publicar trabalhos de reflexão teórica que interessem a comunidade internacional. E prepara-se para acolher, entre os seus colaboradores, cada vez mais investigadores de qualquer nacionalidade.

Este número é contemporâneo de outras mudanças, mais formais e de organização, de que se deve dar conta aos leitores. Em primeiro lugar, a *Análise Social* está presente na Internet, como não podia deixar de ser. Já era possível aceder, por esse meio, a alguma da sua informação. A partir de agora, os índices de todos os artigos, assim como os respectivos resumos, estarão lá disponíveis. E será possível fazer um mínimo de pesquisa na página

da revista (autores, temas e datas de publicação, através de palavras-chave). Tentar-se-á ainda criar um sistema simples e rápido que permita aos interessados ter acesso a cópias de artigos publicados em números esgotados.

Em segundo lugar, adoptou-se definitivamente o sistema, antes ensaiado, de leitura de artigos por *referees*. Cada artigo é analisado pela direcção e, após aceitação, é remetido a dois «leitores» anónimos. Os seus pareceres devem ser considerados pela direcção para a decisão final e serão enviados aos autores a fim de estes aproveitarem as críticas e sugestões feitas. Uma vez por ano será publicada (tal como aconteceu, pela primeira vez, no n.º 149) uma lista de todos os *referees* chamados a dar parecer durante o ano transacto, aos quais, desde já, agradeço a colaboração e o esforço. Queremos que eles saibam que, com a sua ajuda, estamos a tentar contribuir para criar uma nova tradição na investigação científica portuguesa em ciências sociais. Este sistema, nem sempre aceite facilmente, é indispensável, por várias razões. Por credibilidade externa, tanto nacional como internacional. Porque nenhum director, nenhum conselho de redacção, é capaz de ler e avaliar a qualidade de todos os artigos, de todas as matérias e de todas as disciplinas. E porque os autores podem ganhar com esse sistema, na medida em que é frequente estabelecer-se um diálogo crítico com que ganham o artigo e os leitores.

Retomando uma antiga tradição, a secção de livros terá agora cada vez mais espaço. A crítica dos livros recentemente editados e a discussão académica que daí pode resultar correspondem a duas funções essenciais de uma revista. A academia portuguesa, talvez a sociedade toda, por pequena e concentrada, parece por vezes ter horror da crítica e da discussão pública. O que faz com que seja frequente que um livro, resultado de anos de trabalho, de pesquisa e de reflexão, seja condenado ao mais dramático dos silêncios que se possa imaginar. Creio que é o pior que se pode fazer. Ficam a perder o autor, os editores, os leitores, os outros cientistas e, numa palavra, toda a academia. Para não dizer a sociedade. Conhecem-se os motivos invocados. «Não se ganham honorários nas revistas académicas.» «O país é muito pequeno.» «Os académicos são poucos e conhecem-se todos.» «Não se deve criticar publicamente um colega.» Nós, na *Análise Social*, não aceitamos tais desculpas.

Última mudança: fez-se o ajustamento cronológico da numeração e da datação da revista. Há muito tempo que esta se encontrava «atrasada» de um ano. Ora, tal não se justificava e induzia em erro os seus leitores. Tomou-se esta decisão por razões técnicas e comerciais, mas também porque reflecte a realidade das datas da investigação e da publicação. Serão tomados todos os cuidados a fim de que os assinantes não sejam prejudicados.

Não anunciámos revoluções. Preferimos afirmar a fidelidade ao melhor património desta revista. E a vontade de, cumprindo o nosso dever, melhorar e renovar o que deve sê-lo.